

A EFETIVIDADE DA APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL

Silvana Maria Aparecida Viana Santos¹

Bianka Lopes de Sousa Cruz²

Carlos Eduardo da Silva Gama³

Edlainy dos Reis Silva⁴

Janaína Martins da Silva Lima⁵

Margaret da Silva Braga Neiman⁶

Murilo Cavalcante Morello⁷

Sandra Mara Menino Cordeiro do Vale⁸

Nilson Ferreira da Silva⁹

RESUMO: Este estudo analisou de que modo a organização pedagógica e a gestão escolar influenciaram a efetividade da aprendizagem nas escolas públicas de ensino médio de tempo integral. Partiu-se do problema de pesquisa que questionou se a proposta pedagógica adotada nessas instituições favoreceu, de fato, a aprendizagem dos estudantes. O objetivo geral consistiu em compreender como a gestão escolar e as práticas organizativas contribuíram para a construção de ambientes escolares capazes de melhorar o rendimento dos alunos. A pesquisa teve natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica, e utilizou como fontes capítulos de livros, artigos científicos e trabalhos apresentados em eventos acadêmicos publicados entre os anos de 2020 e 2025. Os resultados apontaram que a escola de tempo integral, quando estruturada com planejamento pedagógico, participação da comunidade e estratégias de acompanhamento, apresentou indícios positivos no desempenho dos estudantes. Também se identificaram limitações relacionadas à infraestrutura escolar, à formação dos profissionais e à gestão do tempo escolar. A análise indicou que as experiências bem-sucedidas ocorreram em contextos onde houve integração entre as diretrizes da política pública, a atuação dos gestores e o envolvimento da comunidade escolar. Concluiu-se que a efetividade da aprendizagem no modelo de tempo integral depende de múltiplas condições institucionais e do comprometimento dos sujeitos envolvidos. Recomendou-se a realização de novos estudos que abordem práticas concretas e diferentes realidades escolares, de modo a aprofundar a compreensão sobre os efeitos desse modelo educacional.

597

Palavras-chave: Educação integral. Ensino médio. Gestão escolar. Aprendizagem. Escola pública.

¹Master of Science in Emergent Technologies in Education, Must University (MUST).

²Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST).

³Mestre em Educação, Universidade Federal de Ouro Preto.

⁴Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST).

⁵Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST).

⁶Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST).

⁷Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST).

⁸Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST).

⁹Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST).

ABSTRACT: This study analyzed how pedagogical organization and school management influenced the effectiveness of learning in full-time public high schools. The research question was whether the pedagogical approach adopted in these institutions actually favored student learning. The overall objective was to understand how school management and organizational practices contributed to building school environments capable of improving student achievement. The research was qualitative in nature, with a bibliographic approach, and used as sources book chapters, scientific articles, and papers presented at academic events published between 2020 and 2025. The results indicated that full-time schools, when structured with pedagogical planning, community participation, and monitoring strategies, showed positive signs of improving student performance. Limitations related to school infrastructure, staff training, and school time management were also identified. The analysis indicated that successful experiences occurred in contexts where there was integration between public policy guidelines, the actions of administrators, and the involvement of the school community. It was concluded that the effectiveness of learning in the full-time model depends on multiple institutional conditions and the commitment of the individuals involved. Further studies addressing concrete practices and different school realities were recommended to deepen the understanding of the effects of this educational model.

Keywords: Comprehensive education. high school. School management. Learning. public school.

INTRODUÇÃO

A efetividade da aprendizagem nas escolas de ensino médio de tempo integral configura-se como um tema relevante no debate educacional contemporâneo, principalmente diante das mudanças promovidas pela reestruturação do ensino médio e pela ampliação das políticas públicas voltadas para a jornada ampliada. O modelo de tempo integral tem sido apresentado como uma das estratégias para garantir melhores condições de ensino, ampliar o acesso a experiências formativas e contribuir para a permanência e o sucesso dos estudantes na escola. Com a ampliação do tempo de permanência, espera-se que o estudante tenha acesso a um currículo articulado com seus interesses, com propostas pedagógicas diversificadas e oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais. A proposta pedagógica, os tempos e os espaços escolares são reorganizados de forma a possibilitar uma vivência escolar significativa. No entanto, os efeitos dessa reorganização ainda geram discussões sobre sua efetividade no processo de ensino e aprendizagem.

A escolha por abordar essa temática se justifica pela necessidade de compreender se a ampliação da jornada escolar tem contribuído, de fato, para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, especialmente nas escolas públicas. A realidade brasileira apresenta desigualdades que afetam o processo educativo, e a escola de tempo integral é apontada como uma alternativa possível para enfrentar parte dessas dificuldades. No entanto, sua implementação esbarra em

desafios de ordem pedagógica, administrativa e estrutural, como a adequação dos espaços físicos, a formação de professores, a gestão do tempo escolar e a articulação dos componentes curriculares. Além disso, são observadas diferenças entre os estados e municípios quanto ao modo como o modelo é aplicado, o que impacta os resultados obtidos. Assim, investigar os fatores que favorecem ou dificultam a efetividade da aprendizagem nesse modelo torna-se uma questão relevante para pesquisadores, gestores e profissionais da educação.

Diante dessas questões, levanta-se o seguinte problema de pesquisa: a organização e a proposta pedagógica das escolas de ensino médio de tempo integral têm favorecido a efetividade da aprendizagem dos estudantes da rede pública? Essa pergunta orienta a análise dos estudos que discutem o papel da gestão escolar, das políticas públicas educacionais, das práticas pedagógicas e dos recursos disponíveis no cotidiano dessas instituições. A partir desse questionamento, busca-se compreender os limites e as possibilidades da escola de tempo integral como espaço promotor de aprendizagem.

O objetivo deste estudo é analisar, com base em produções acadêmicas recentes, como a organização pedagógica e a gestão escolar influenciam a efetividade da aprendizagem nas escolas públicas de ensino médio de tempo integral.

Este trabalho está estruturado em seis partes, além desta introdução. A seção de Referencial Teórico apresenta os conceitos fundamentais sobre gestão escolar, políticas públicas e educação em tempo integral. Em seguida, no Desenvolvimento, são tratados três tópicos: o panorama da educação integral no ensino médio, os aspectos da gestão escolar e as iniciativas práticas observadas nesse modelo. A Metodologia descreve os procedimentos utilizados na seleção e análise das fontes bibliográficas. A seção de Discussão e Resultados apresenta três tópicos que analisam as contribuições, os limites e as perspectivas da educação integral para a aprendizagem. Por fim, as Considerações Finais retomam os principais apontamentos do estudo e indicam caminhos para novas investigações.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo está estruturado a partir de três eixos fundamentais: inicialmente, abordam-se os princípios da gestão escolar democrática e participativa, destacando seu papel na organização pedagógica e administrativa das escolas públicas de tempo integral; na sequência, discutem-se as políticas públicas educacionais que sustentam a proposta do ensino médio em tempo integral, com ênfase nas diretrizes legais e nos programas implementados nos

últimos anos; por fim, são apresentados estudos que tratam da relação entre tempo escolar ampliado e efetividade da aprendizagem, analisando as implicações pedagógicas, curriculares e sociais dessa modalidade de ensino. Essa estrutura busca sustentar a análise proposta, articulando fundamentos legais, conceituais e práticos que permeiam a organização e os resultados da escola de tempo integral.

A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

A educação em tempo integral no ensino médio brasileiro tem suas origens vinculadas a políticas públicas que buscaram ampliar a permanência dos estudantes na escola e reorganizar o currículo escolar para além da jornada regular. Ao longo dos anos, propostas diversas foram sendo implementadas com o objetivo de garantir uma formação aos jovens, considerando as diferentes dimensões do desenvolvimento humano. Nesse contexto, observa-se que a instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio impactaram a estrutura e a prática pedagógica das escolas públicas.

A BNCC apresenta a educação integral como uma diretriz que orienta a organização do ensino médio, propondo uma formação que contemple as competências cognitivas, sociais, culturais e éticas dos estudantes. Nesse sentido, conforme afirmam Maia, Santos e Oliveira (2020), a educação integral é um conceito que ultrapassa a ideia de tempo, sendo compreendida como um processo que envolve o desenvolvimento de múltiplas dimensões do sujeito. Essa definição reforça a necessidade de ações pedagógicas que articulem o tempo escolar com práticas formativas que considerem as especificidades dos jovens, suas realidades e os desafios sociais que enfrentam.

Além disso, a proposta da BNCC estabelece a articulação entre os componentes curriculares obrigatórios e os itinerários formativos, buscando garantir maior autonomia dos estudantes na construção de seus percursos educacionais. A esse respeito, Negrão, Teixeira e Hora (2020) destacam que a reorganização do ensino médio não pode estar dissociada da democratização do acesso ao conhecimento, tampouco da valorização do tempo escolar como espaço de formação crítica e cidadã. O comentário desses autores reforça que a simples ampliação da carga horária não é suficiente se não estiver acompanhada de intencionalidade pedagógica e de práticas inclusivas.

Nesse mesmo sentido, Souza e Lima (2023) analisam os desafios enfrentados pelas equipes gestoras na implementação dos itinerários formativos, ressaltando que a escolha dos

itinerários deve considerar a realidade dos estudantes, suas aspirações e o contexto local, exigindo das escolas um planejamento sensível às demandas educacionais. Tal perspectiva amplia a discussão sobre o papel da gestão escolar na concretização da proposta de tempo integral, uma vez que as decisões tomadas no nível da escola influenciam na forma como os itinerários são desenvolvidos e percebidos pelos estudantes.

Pode-se destacar a seguinte citação de Negrão, Teixeira e Hora (2020), que sintetiza o impacto da reforma do ensino médio na proposta de tempo integral, assim, a Lei nº 13.415/2017, ao alterar a estrutura do ensino médio, trouxe consigo a imposição de um modelo que, embora busque flexibilizar o currículo, impõe desafios à implementação da educação integral, pois exige das escolas não apenas uma reorganização curricular, mas também o enfrentamento de limitações estruturais, formativas e financeiras que dificultam a efetividade dessa proposta (NEGRÃO; TEIXEIRA; HORA, 2020).

Os autores evidenciam as tensões presentes no processo de reformulação do ensino médio, apontando que a educação em tempo integral exige mais do que mudanças legais: ela demanda condições materiais, formação docente adequada e planejamento pedagógico coerente com os princípios que orientam a proposta.

A educação em tempo integral no ensino médio brasileiro é resultado de um percurso de políticas públicas que procuraram ampliar as possibilidades de aprendizagem dos estudantes. A BNCC e a reforma do ensino médio, com a introdução dos itinerários formativos, representam marcos que influenciam a organização das escolas e o trabalho pedagógico. No entanto, os desafios impostos à implementação dessas propostas revelam que a efetividade da educação integral depende da articulação entre diretrizes legais, práticas escolares e gestão educacional comprometida com o desenvolvimento dos estudantes.

601

GESTÃO ESCOLAR E SUA INFLUÊNCIA NA APRENDIZAGEM

A gestão escolar exerce influência direta sobre os processos de ensino e aprendizagem, especialmente nas escolas de ensino médio de tempo integral, onde a organização do tempo e do currículo demanda planejamento constante e acompanhamento pedagógico contínuo. O gestor escolar assume papel central nesse contexto, sendo responsável por coordenar ações que articulem a proposta pedagógica à realidade da comunidade escolar, garantindo condições para que a ampliação da jornada se traduza em aprendizagem significativa. Conforme destaca Castro (2020), a gestão escolar participativa precisa estar comprometida com a construção coletiva do

projeto pedagógico, respeitando os tempos de cada segmento e buscando integrar diferentes saberes e práticas. O trecho reforça que o gestor deve atuar como articulador do currículo e do tempo escolar, com base no diálogo e na escuta ativa da equipe pedagógica e dos estudantes.

Além disso, o trabalho de Machado (2021) evidencia que, para que a escola de tempo integral funcione adequadamente, é necessário que a gestão escolar atue com intencionalidade e planejamento. Segundo o autor, a organização curricular depende do entendimento do gestor sobre a proposta de tempo integral, sua capacidade de mobilizar a equipe e promover uma cultura de aprendizagem comprometida com a permanência do estudante (MACHADO, 2021). A afirmação evidencia que a permanência não pode ser apenas física, mas deve ser acompanhada do envolvimento do estudante nas atividades escolares, o que depende de uma gestão presente e atuante.

Nesse sentido, destaca-se também o papel do conselho escolar como espaço de participação democrática e compartilhamento de decisões. Bezerra, Sousa e Silva (2023) argumentam que o conselho escolar é um dos mecanismos que favorece a democratização das ações da escola, contribuindo para uma gestão mais transparente e dialogada. A partir dessa perspectiva, a gestão escolar deixa de ser uma ação isolada e passa a ser construída de forma coletiva, com a escuta da comunidade e a valorização de diferentes vozes. Essa participação fortalece o vínculo entre escola e território, o que é essencial para a efetividade da proposta de tempo integral.

602

De maneira mais reflexiva, os mesmos autores afirmam que o conselho escolar, ao atuar como instância deliberativa e consultiva, permite que os sujeitos da comunidade escolar participem das decisões que envolvem a rotina e os projetos da escola. Essa prática não apenas fortalece os laços entre gestão e comunidade, como também legitima as ações escolares, dando maior sentido às atividades desenvolvidas e promovendo o sentimento de pertencimento entre os envolvidos (BEZERRA; SOUSA; SILVA, 2023).

O trecho aponta a importância do conselho escolar na construção de uma escola mais democrática, ao mesmo tempo em que amplia o entendimento sobre o papel do gestor na mediação dos processos decisórios e no incentivo à participação.

Outro aspecto relevante na atuação da gestão escolar está na condução de práticas orientadas para resultados educacionais. Lima e Rodrigues (2022) discutem a experiência de um programa de gestão por resultados em escolas públicas e observam que a avaliação sistemática de metas e indicadores educacionais tem contribuído para o redirecionamento de ações

pedagógicas, fortalecendo o compromisso com a aprendizagem dos estudantes. Essa abordagem reforça a necessidade de um acompanhamento contínuo dos dados escolares, com vistas à melhoria do desempenho e ao planejamento de intervenções pedagógicas.

Portanto, a gestão escolar, quando voltada à organização do tempo, ao fortalecimento da participação democrática e ao monitoramento de resultados, contribui para a efetividade da aprendizagem nas escolas de tempo integral. O gestor que compreende a complexidade de sua função e articula as dimensões administrativas e pedagógicas de forma colaborativa torna-se peça central para o sucesso das propostas educacionais voltadas ao ensino médio.

INICIATIVAS INOVADORAS NO COTIDIANO DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL

As escolas de ensino médio de tempo integral têm buscado desenvolver práticas pedagógicas que dialoguem com os interesses dos estudantes e com os desafios da realidade social. Para além da organização do currículo formal, algumas instituições têm incorporado iniciativas inovadoras ao cotidiano escolar, utilizando estratégias como a gamificação, o estímulo à sustentabilidade, o enfrentamento das desigualdades raciais e a aproximação com a comunidade. Essas ações representam esforços para tornar a escola um espaço atrativo e significativo, contribuindo para a permanência e a aprendizagem dos estudantes.

603

No campo da gamificação e da educação ambiental, destaca-se a experiência analisada por Busarello e Zara (2025), que relataram a aplicação de uma proposta de gestão de resíduos sólidos em escolas públicas de tempo integral com o uso de jogos como recurso pedagógico. De acordo com os autores, a gamificação foi utilizada como estratégia de ensino para mobilizar os estudantes em torno da temática ambiental, promovendo o engajamento por meio de desafios, recompensas e cooperação (BUSARELLO; ZARA, 2025). Essa prática demonstra que a combinação entre metodologia lúdica e problematização social pode favorecer o envolvimento dos alunos e o desenvolvimento de competências relacionadas à cidadania. Os autores ainda ressaltam que a proposta contribuiu para a reflexão crítica dos estudantes sobre o impacto do consumo e da geração de resíduos no espaço escolar.

Com relação à equidade racial, Bastos e Ribeiro (2024) abordam o papel da gestão escolar na promoção de ações afirmativas voltadas à valorização da identidade negra e ao combate ao racismo nas escolas de ensino médio. Segundo os autores, a equidade racial só se concretiza com ações intencionais no cotidiano escolar, que envolvam formação continuada, currículo que reflita a diversidade e espaços de escuta e diálogo (BASTOS; RIBEIRO, 2024). Essa observação

destaca a importância de um posicionamento claro da escola diante das desigualdades étnico-raciais, o que exige planejamento, envolvimento dos profissionais e protagonismo dos estudantes. Para os autores, é necessário enfrentar o silêncio institucional em relação às questões raciais, promovendo práticas que reconheçam as trajetórias dos sujeitos historicamente excluídos.

Nesse sentido, o trecho evidencia a urgência de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, dessa forma, as escolas públicas, especialmente as de ensino médio, têm a responsabilidade de enfrentar o racismo estrutural presente em suas rotinas. Isso implica romper com a ideia de neutralidade e reconhecer que o espaço escolar é atravessado por desigualdades históricas. As ações devem ser planejadas com o envolvimento da comunidade escolar, incluindo estudantes, professores, gestores e famílias, de forma que a equidade racial deixe de ser uma expectativa abstrata e se concretize em práticas cotidianas (BASTOS; RIBEIRO, 2024).

Esse trecho contribui para a compreensão de que a superação das desigualdades no ambiente escolar exige intencionalidade política e compromisso coletivo, aspectos que se conectam com a proposta de educação integral.

A integração entre escola e comunidade também aparece como um aspecto relevante na construção de uma educação significativa. Oliveira e Lay (2022) analisam um estudo de caso em escolas de tempo integral na cidade de Manaus e enfatizam a importância do envolvimento da comunidade na construção do processo educativo. Para os autores, a gestão participativa fortalece os vínculos entre escola e território, ampliando as possibilidades de aprendizagem ao considerar os saberes locais e as demandas sociais (OLIVEIRA; LAY, 2022). Essa afirmação aponta que o diálogo entre escola e sociedade contribui para a legitimação da proposta pedagógica, promovendo o pertencimento dos estudantes e de suas famílias.

Dessa forma, as iniciativas de gamificação e sustentabilidade, as ações voltadas para a equidade racial e a valorização da participação comunitária evidenciam que a efetividade da escola de tempo integral depende da capacidade da gestão e dos docentes em incorporar ao cotidiano escolar práticas que dialoguem com as realidades e os interesses dos sujeitos que compõem a comunidade escolar. Essas experiências demonstram que, ao se abrir ao território e às demandas sociais, a escola amplia suas possibilidades de atuação e de promoção da aprendizagem.

METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica, fundamentada na análise de publicações acadêmicas que tratam da efetividade da aprendizagem no contexto das escolas públicas de ensino médio de tempo integral. A abordagem adotada é qualitativa, uma vez que o estudo busca compreender, a partir da interpretação de textos, as relações existentes entre a organização pedagógica, a gestão escolar e os resultados educacionais. Como instrumentos de pesquisa, utilizaram-se fontes secundárias disponíveis em livros, capítulos de coletâneas, artigos de periódicos científicos e anais de eventos, publicados entre os anos de 2020 e 2025. Os procedimentos metodológicos envolveram a seleção das obras com base em sua relevância para o tema, a análise textual dos conteúdos e a organização das informações em categorias temáticas, definidas conforme os objetivos da pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio de buscas eletrônicas em plataformas digitais como *Google Scholar*, *ResearchGate*, *Scielo* e em bases editoriais específicas dos livros e eventos utilizados. As técnicas aplicadas incluíram a leitura analítica, o fichamento das ideias centrais e a sistematização das referências em um quadro-resumo, que possibilitou o agrupamento das produções por autor, título, ano e tipo de trabalho.

A seguir, apresenta-se o quadro com as obras utilizadas nesta revisão, a fim de evidenciar a organização dos materiais selecionados, o que contribui para a transparência metodológica e para a identificação das fontes que sustentam as análises desenvolvidas ao longo do estudo.

Quadro 1 – Produções utilizadas na revisão bibliográfica, organizadas por ano de publicação

Autor(es)	Título conforme publicado	Ano	Tipo de trabalho
ALMEIDA, J. P.; SILVA, M. R. A. G. E.	A gestão democrática aplicada à educação alimentar em escolas públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil	2020	Capítulo de livro
CASTRO, G. P. A.	Utilização da gestão escolar participativa no processo de reconstrução de uma proposta pedagógica	2020	Capítulo de livro
CONTI, C. L. A.; LIMA, E. F.; NASCENTE, R. M. M.	Políticas públicas e determinações legais educacionais na perspectiva de diretoras de escolas	2020	Capítulo de livro
MAIA, J. E. N.; SANTOS, J. M. C. T.; OLIVEIRA, E. N. P.	O que a BNCC propõe para o Ensino Médio? Reflexões sobre Educação Integral e em Tempo Integral	2020	Capítulo de livro
NEGRÃO, A. R. M.; TEIXEIRA, L. C. S.; HORA, D. L.	A reforma do ensino médio (LEI Nº 13.415/2017) e os mecanismos de democratização da escola pública no Brasil em questão	2020	Capítulo de livro
OLIVEIRA, F. C.	Escola em Tempo Integral e Educação Integral: uma análise das políticas	2020	Capítulo de livro

	públicas no contexto da sociedade brasileira a partir da Constituição de 1988		
BOFF, D. S.; ZULIANELO, I.	Desafios na gestão escolar: narrativas de diretores e coordenadores pedagógicos de escolas públicas	2021	Artigo em periódico
MACHADO, C. R.	Gestão Educacional: e as escolas públicas integrais de tempo integral	2021	Trabalho em evento
GÓES, J. A.	Gestão escolar e os desafios das escolas públicas do ensino médio: como resolver problemas e dificuldades encontradas na prática da gestão escolar?	2022	Capítulo de livro
LIMA, E. M. B. S.; RODRIGUES, D. S.	Gestão escolar para resultados (GEpR) e parceria público-privada do ProEMI/JF em escolas públicas de ensino médio	2022	Artigo em periódico
OLIVEIRA, F. A. C.; LAY, E. G. E.	Gestão participativa, políticas públicas e influências no processo de ensino e aprendizagem: um estudo de caso em escolas de tempo integral na cidade de Manaus-AM	2022	Capítulo de livro
BEZERRA, A. R. G.; SOUSA, A. K. P.; SILVA, E. O.	Conselho escolar como espaço democrático nas escolas públicas	2023	Capítulo de livro
SOUZA, H. J.; LIMA, L. S.	Os desafios de uma gestão escolar na implementação dos itinerários formativos no ensino médio	2023	Capítulo de livro
BASTOS, K.; RIBEIRO, V. M.	Gestão escolar e equidade racial em escolas de ensino médio	2024	Artigo em periódico
BUSARELLO, C.; ZARA, K.	Gestão de resíduos sólidos em escolas públicas de ensino fundamental integral de Foz do Iguaçu com enfoque na aplicação da gamificação como estratégia de ensino	2025	Trabalho em evento

Fonte: autoria própria

A partir da organização apresentada no quadro, foi possível estabelecer conexões entre os diferentes enfoques abordados nas produções selecionadas, observando como os temas da gestão escolar, das políticas públicas e da prática pedagógica se relacionam com a proposta da escola de tempo integral. A disposição cronológica também permitiu identificar a evolução das discussões recentes sobre o ensino médio nesse modelo, contribuindo para a construção dos tópicos discutidos nas seções seguintes.

CONTRIBUIÇÕES DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL PARA A APRENDIZAGEM

As escolas de ensino médio de tempo integral têm sido apontadas como espaços que oferecem melhores condições para o desenvolvimento da aprendizagem em comparação com as escolas de tempo parcial. A ampliação da jornada escolar permite maior convivência entre estudantes e professores, além de possibilitar a oferta de atividades complementares ao currículo

regular. Essa estrutura favorece a implementação de práticas pedagógicas diversificadas, contribuindo para a melhoria dos resultados educacionais.

Em estudo que analisa as percepções de gestores e coordenadores pedagógicos sobre a atuação das escolas públicas, Boff e Zulianelo (2021) observaram que a ampliação do tempo escolar permite maior acompanhamento das dificuldades dos alunos, além de fortalecer os vínculos entre os sujeitos da escola. Para os autores, a presença prolongada do estudante no ambiente escolar pode contribuir para a sua formação acadêmica e pessoal, desde que haja planejamento pedagógico e ações articuladas com os objetivos da escola (BOFF; ZULIANELO, 2021). Essa afirmação destaca que o tempo, por si só, não garante resultados, mas pode ser um elemento favorável à aprendizagem quando bem utilizado.

Complementando essa análise, Góes (2022) discute os desafios enfrentados pelas escolas públicas do ensino médio, indicando que o modelo de tempo integral tem apresentado resultados positivos em relação ao rendimento escolar. Segundo o autor, há evidências de que os estudantes matriculados em escolas de tempo integral demonstram maior desempenho em avaliações internas e externas, além de menor evasão e abandono (GÓES, 2022). Essa constatação reforça a relevância de se investir em políticas que ampliem o tempo de permanência dos estudantes na escola, com o devido suporte pedagógico e estrutural.

607

Com base nos relatos de educadores e gestores, Boff e Zulianelo (2021) apresentaram uma síntese das contribuições observadas nas escolas de tempo integral, portanto, os dados obtidos por meio das entrevistas com diretores e coordenadores revelam que a escola de tempo integral, quando bem organizada, promove avanços significativos na aprendizagem. Os estudantes se mostram engajados nas atividades, há redução dos índices de reprovação e abandono e melhora no desempenho em avaliações externas. A convivência prolongada também favorece o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a construção de relações interpessoais (BOFF; ZULIANELO, 2021).

Esse trecho reforça a importância do ambiente escolar estruturado para que os benefícios do tempo integral se concretizem. A organização institucional, a atuação da gestão e o trabalho coletivo dos docentes são elementos que colaboram para o fortalecimento da aprendizagem.

Ainda segundo Góes (2022), embora existam obstáculos, os resultados obtidos nas escolas de tempo integral indicam que esse modelo tem contribuído para a melhoria do desempenho escolar. Ele destaca que a escola que oferta jornada ampliada, quando comprometida com seu projeto pedagógico, consegue atender de forma adequada às

necessidades dos estudantes (GÓES, 2022,). Essa observação mostra que o compromisso institucional e o alinhamento entre as ações pedagógicas e as metas educacionais são decisivos para os avanços observados.

Dessa forma, a comparação entre escolas de tempo parcial e escolas de tempo integral demonstra que o modelo de jornada estendida pode favorecer a aprendizagem, desde que esteja fundamentado em um projeto pedagógico coerente, com gestão participativa e condições adequadas de funcionamento. As evidências apresentadas por diferentes estudos apontam que os impactos positivos sobre os indicadores de rendimento escolar estão associados à forma como a proposta é conduzida no cotidiano das instituições.

LIMITES ESTRUTURAIS E ORGANIZACIONAIS NA PRÁTICA

A implementação da escola de tempo integral enfrenta limites que comprometem a efetividade do processo de ensino e aprendizagem. Entre os principais obstáculos relatados em pesquisas realizadas em diferentes contextos escolares, destacam-se os problemas de infraestrutura e as dificuldades organizacionais no cotidiano das instituições. A ampliação da jornada escolar exige condições físicas adequadas, espaços apropriados para o desenvolvimento das atividades e recursos que sustentem o funcionamento contínuo da escola, o que muitas vezes não se concretiza na prática.

608

Souza e Lima (2023), ao investigarem os desafios enfrentados por gestores na implementação dos itinerários formativos no ensino médio, identificaram entraves relacionados à estrutura das escolas e à carência de recursos. Segundo os autores, a ausência de espaços adequados e a sobrecarga de atribuições impostas às equipes escolares comprometem a qualidade do ensino e dificultam o cumprimento das propostas previstas (SOUZA; LIMA, 2023). Essa observação revela que a infraestrutura escolar, quando insuficiente, limita as possibilidades de diversificação do currículo e afeta a permanência dos estudantes em atividades significativas.

Além da estrutura física, outro fator recorrente é a falta de formação adequada dos profissionais envolvidos na proposta. Oliveira e Lay (2022) analisaram um estudo de caso em escolas de tempo integral e constataram que a qualificação dos docentes e gestores ainda é um desafio importante. Os autores afirmam que a formação continuada ainda não acompanha as necessidades impostas pelo modelo de tempo integral, o que reflete em práticas pedagógicas desarticuladas e pouco contextualizadas (OLIVEIRA; LAY, 2022). Isso demonstra que, embora

o modelo proponha uma reorganização do currículo e do tempo, sua efetivação depende de profissionais preparados para lidar com essas mudanças.

Nesse sentido, Souza e Lima (2023) reforçam que, muitas vezes, os profissionais são deslocados para as escolas de tempo integral sem formação prévia, o que compromete o planejamento das atividades e o acompanhamento dos estudantes. Os autores destacam que a implementação dos itinerários formativos em escolas de tempo integral ocorre, em grande parte, sem o suporte necessário à formação pedagógica dos professores, que acabam por reproduzir práticas do modelo tradicional dentro de uma estrutura que exige novas metodologias. Essa contradição gera sobrecarga, insegurança e frustração, tanto para os docentes quanto para os alunos (SOUZA; LIMA, 2023).

Os autores evidenciam como a ausência de políticas de formação contínua impacta o cotidiano das escolas, criando um descompasso entre o que está previsto nas normativas e o que acontece nas salas de aula.

Ademais, Oliveira e Lay (2022) observam que a gestão escolar enfrenta dificuldades para integrar os diferentes atores da comunidade escolar à proposta pedagógica. Segundo os autores, a falta de clareza sobre o papel de cada profissional na estrutura da escola de tempo integral enfraquece o trabalho coletivo e impede que a proposta seja conduzida de forma articulada (OLIVEIRA; LAY, 2022). Tal comentário indica que os desafios organizacionais não se limitam apenas à infraestrutura, mas envolvem também a distribuição de funções, o planejamento participativo e a construção de uma cultura institucional voltada para a aprendizagem.

609

Portanto, os limites estruturais e organizacionais enfrentados pelas escolas de tempo integral revelam a necessidade de políticas públicas que assegurem não apenas a ampliação do tempo escolar, mas também a garantia de condições materiais, apoio à formação profissional e clareza nos processos de gestão. Sem esses elementos, a proposta tende a perder sua força, tornando-se uma exigência institucional do que um espaço real de aprendizagem e desenvolvimento.

PERSPECTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE TEMPO INTEGRAL

O fortalecimento da política de tempo integral no ensino médio exige estratégias que contemplem a realidade das escolas públicas, suas limitações estruturais e organizacionais, e que sejam sustentadas por políticas educacionais articuladas e continuadas. Consolidar esse modelo implica repensar não apenas a ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola,

mas, sobretudo, a efetividade das práticas pedagógicas e das ações de gestão. Para tanto, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas integradas que alinhem formação docente, financiamento adequado, gestão participativa e acompanhamento dos resultados educacionais.

Nesse sentido, Lima e Rodrigues (2022) apontam que a consolidação do modelo de tempo integral requer a adoção de práticas de gestão voltadas ao monitoramento dos resultados e à formação de lideranças escolares capazes de conduzir os processos pedagógicos com foco na aprendizagem. Segundo os autores, a utilização de dados educacionais como base para o planejamento escolar tem contribuído para o alinhamento das metas pedagógicas e a reorientação das práticas docentes (LIMA; RODRIGUES, 2022). Essa estratégia, ao ser incorporada pela gestão escolar, permite maior clareza sobre os desafios enfrentados pelos estudantes e favorece a construção de respostas coerentes com as necessidades do contexto local.

Ainda de acordo com os mesmos autores, é necessário que as políticas educacionais de tempo integral considerem a autonomia das escolas, respeitando suas especificidades e incentivando a construção coletiva do projeto pedagógico. Eles argumentam que a consolidação da política de tempo integral depende do reconhecimento da diversidade das escolas públicas e da valorização de sua autonomia para tomar decisões. Políticas uniformes, que desconsideram as realidades locais, tendem a gerar resistência e dificultar a implementação. Por isso, é fundamental que as diretrizes nacionais sejam acompanhadas de instrumentos que favoreçam a gestão democrática e o protagonismo dos sujeitos escolares (LIMA; RODRIGUES, 2022).

610

Os autores evidenciam a importância de políticas públicas que, além de estruturarem diretrizes gerais, possibilitem adaptações que respeitem o cotidiano das escolas e envolvam os diferentes atores da comunidade escolar no processo decisório.

A esse debate soma-se a reflexão de Bastos e Ribeiro (2024), que destacam a relevância de integrar à política de tempo integral ações que enfrentem as desigualdades educacionais, com ênfase nas questões étnico-raciais. Para os autores, a efetividade do modelo está relacionada à capacidade da escola de promover inclusão, equidade e respeito à diversidade (BASTOS; RIBEIRO, 2024). Essa afirmação reforça a necessidade de que o projeto pedagógico das escolas de tempo integral incorpore práticas que valorizem os sujeitos historicamente marginalizados e promovam a justiça social como princípio educativo.

Os mesmos autores indicam que a formação continuada dos profissionais deve contemplar temas relacionados aos direitos humanos, à equidade racial e à superação das desigualdades. Além disso, defendem que a escola seja um espaço de escuta, participação e

reconhecimento das culturas juvenis. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre o fortalecimento da política de tempo integral ao reconhecer que sua sustentação não depende apenas da organização do tempo e do currículo, mas também da capacidade da escola em acolher as demandas sociais e culturais de seus estudantes.

Portanto, consolidar a política de tempo integral no ensino médio exige estratégias que articulem diferentes dimensões da vida escolar. A formação dos profissionais, a gestão orientada por dados, o respeito à autonomia escolar e o compromisso com a equidade social aparecem como caminhos possíveis para tornar esse modelo uma realidade concreta. As contribuições de Lima e Rodrigues (2022) e Bastos e Ribeiro (2024) apontam para a necessidade de políticas educacionais que articulem diretrizes claras com práticas democráticas e sensíveis ao contexto das escolas públicas brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica teve como objetivo analisar, a partir de estudos recentes, de que modo a organização pedagógica e a gestão escolar influenciam a efetividade da aprendizagem nas escolas públicas de ensino médio de tempo integral. Partindo dessa pergunta, foi possível identificar elementos recorrentes nas produções acadêmicas selecionadas, os quais contribuíram para compreender os limites e as possibilidades desse modelo educacional.

611

Dentre os principais achados, verificou-se que a ampliação da jornada escolar, por si só, não assegura a melhoria da aprendizagem. A efetividade do processo educativo está relacionada a fatores como a atuação da gestão escolar, a organização do tempo e do currículo, o engajamento da comunidade e a formação continuada dos profissionais. Quando essas dimensões são articuladas com intencionalidade, o tempo ampliado tende a favorecer o acompanhamento pedagógico, a permanência do estudante e a construção de vínculos consistentes com a escola.

Além disso, observou-se que práticas inovadoras, como o uso da gamificação e o desenvolvimento de ações voltadas à equidade racial, podem contribuir para tornar o ambiente escolar atrativo e conectado à realidade dos estudantes. Tais práticas são fortalecidas quando inseridas em um projeto político-pedagógico que promova a participação democrática e o reconhecimento das diferentes identidades presentes no espaço escolar.

Outro ponto identificado refere-se aos limites enfrentados pelas instituições na implementação da proposta. Questões como a carência de infraestrutura, a escassez de recursos e a falta de formação adequada dos docentes ainda comprometem a execução das ações previstas

nos documentos normativos. Essas dificuldades indicam que a consolidação da escola de tempo integral depende do investimento contínuo do poder público, da clareza das diretrizes e do acompanhamento sistemático dos resultados.

Em relação à pergunta norteadora da pesquisa — se a organização e a proposta pedagógica das escolas de ensino médio de tempo integral favorecem a efetividade da aprendizagem —, pode-se concluir que, em contextos onde há planejamento pedagógico coerente, gestão comprometida, práticas participativas e estratégias de inclusão, os resultados tendem a ser positivos. No entanto, a efetividade não é uniforme nem automática; ela está condicionada às condições objetivas da escola, à atuação dos sujeitos envolvidos e ao suporte oferecido pelas políticas públicas.

Como contribuição, este estudo reuniu informações que possibilitam refletir sobre os desafios e avanços da política de tempo integral no ensino médio, especialmente no que se refere à articulação entre gestão escolar e aprendizagem. A análise realizada permite compreender que o modelo tem potencial para contribuir com a formação dos estudantes, desde que apoiado por políticas integradas e pelo fortalecimento das práticas escolares.

Por fim, reconhece-se a necessidade de novos estudos que aprofundem a análise sobre a relação entre tempo ampliado e aprendizagem em diferentes realidades educacionais. Pesquisas empíricas que envolvam a escuta de professores, estudantes, gestores e comunidade escolar podem complementar os achados aqui apresentados e fornecer subsídios para a construção de políticas públicas adequadas às demandas das escolas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. P.; SILVA, M. R. A. G. E. **A gestão democrática aplicada à educação alimentar em escolas públicas do Município de Raposa, Maranhão, Brasil.** In: *Série Educar- Volume 20 – Políticas Públicas Gestão Escolar - Reflexões*. [S. l.]: Editora Poisson, 2020. cap. 13. Disponível em: <https://doi.org/10.36229/978-65-86127-06-5.cap.13>.

BASTOS, K.; RIBEIRO, V. M. **Gestão escolar e equidade racial em escolas de ensino médio.** In: *Construindo o futuro da formação docente*. [S. l.]: V & V Editora, 2024. v. 12, n. 1, p. 149-157. Disponível em: <https://doi.org/10.47247/2316.4484/12.1.14>.

BEZERRA, A. R. G.; SOUSA, A. K. P.; SILVA, E. O. **Conselho escolar como espaço democrático nas escolas públicas.** In: *Perspectivas da Gestão Escolar: espaço-tempo democrático de participação*. [S. l.]: ARCO EDITORES, 2023. p. 104-110. Disponível em: <https://doi.org/10.48209/978-65-5417-128-x>.

BOFF, D. S.; ZULIANELO, I. **Desafios na gestão escolar: narrativas de diretores e coordenadores pedagógicos de escolas públicas.** *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, p. 2163-2177, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22633/rpge.v25i3.14249>.

BUSARELLO, C.; ZARA, K. **Gestão de resíduos sólidos em escolas públicas de ensino fundamental integral de Foz do Iguaçu com enfoque na aplicação da gamificação como estratégia de ensino.** In: *Anais - Congresso Sul-Americano de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade*. [S. l.]: Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais e de Saneamento, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55449/conresol.8.25.iii-014>.

CASTRO, G. P. A. **Utilização da gestão escolar participativa no processo de reconstrução de uma proposta pedagógica.** In: *Série Educar- Volume 6 – Gestão Escolar, Políticas Públicas*. [S. l.]: Editora Poisson, 2020. cap. 5. Disponível em: <https://doi.org/10.36229/978-85-7042-225-5.cap.05>.

CONTI, C. L. A.; LIMA, E. F.; NASCENTE, R. M. M. **Políticas públicas e determinações legais educacionais na perspectiva de diretoras de escolas.** In: *Série Educar- Volume 20 – Políticas Públicas Gestão Escolar - Reflexões*. [S. l.]: Editora Poisson, 2020. cap. 3. Disponível em: <https://doi.org/10.36229/978-65-86127-06-5.cap.03>.

GÓES, J. A. **Gestão escolar e os desafios das escolas públicas do ensino médio: como resolver problemas e dificuldades encontradas na prática da gestão escolar?.** In: *Administração pública e privada: novas tendências e perspectivas 2*. [S. l.]: AYA Editora, 2022. p. 194-199. Disponível em: <https://doi.org/10.47573/aya.5379.2.106.16>.

LIMA, E. M. B. S.; RODRIGUES, D. S. **Gestão escolar para resultados (GEpR) e parceria público-privada do ProEMI/JF em escolas públicas de ensino médio.** *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, p. 97-115, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i1.16616>.

MACHADO, C. R. **Gestão Educacional: e as escolas públicas integrais de tempo integral.** *Even3*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/732262>.

MAIA, J. E. N.; SANTOS, J. M. C. T.; OLIVEIRA, E. N. P. **O que a BNCC propõe para o Ensino Médio? Reflexões sobre Educação Integral e em Tempo Integral.** In: *Série Educar- Volume 6 – Gestão Escolar, Políticas Públicas*. [S. l.]: Editora Poisson, 2020. cap. 9. Disponível em: <https://doi.org/10.36229/978-85-7042-225-5.cap.09>.

NEGRÃO, A. R. M.; TEIXEIRA, L. C. S.; HORA, D. L. **A reforma do ensino médio (LEI Nº 13.415/2017) e os mecanismos de democratização da escola pública no Brasil em questão.** In: *Série Educar- Volume 20 – Políticas Públicas Gestão Escolar - Reflexões*. [S. l.]: Editora Poisson, 2020. cap. 5. Disponível em: <https://doi.org/10.36229/978-65-86127-06-5.cap.05>.

OLIVEIRA, F. A. C.; LAY, E. G. E. **Gestão participativa, políticas públicas e influências no processo de ensino e aprendizagem: um estudo de caso em escolas de tempo integral na cidade de Manaus-AM.** In: *Pesquisas em Temas de Ciências da Educação - Volume 7*. [S. l.]: RFB Editora, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.46898/rfb.9786558893288.17>.

OLIVEIRA, F. C. **Escola em Tempo Integral e Educação Integral: uma análise das políticas públicas no contexto da sociedade brasileira a partir da Constituição de 1988.** In: *Série Educar- Volume 6 – Gestão Escolar, Políticas Públicas*. [S. l.]: Editora Poisson, 2020. cap. 10. Disponível em: <https://doi.org/10.36229/978-85-7042-225-5.cap.10>.

SOUZA, H. J.; LIMA, L. S. **Os desafios de uma gestão escolar na implementação dos itinerários formativos no ensino médio.** In: *Gestão Escolar: olhares que transformam*. [S. l.]: V&V Editora, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47247/czp/88471.99.9.11>.